



UFES
Assistente em Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos variados.....	1
Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	2
Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	3
Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	5
Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	7
Verbos: pessoa, número, tempo e modo.....	9
Estrutura, classificação e formação de palavras.....	14
Funções e classes de palavras	17
Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	28
Pontuação: regras e efeitos de sentido.....	29
Sintaxe do Período Simples. Coordenação e subordinação	34
Tipos de linguagem: verbal, não verbal.....	38
Questões	40
Gabarito.....	59

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

Conjuntos	1
conjuntos numéricos, operações com números reais	7
equações lineares e quadráticas.....	26
sistemas de equações lineares	34
Funções afins e quadráticas; Funções exponenciais e logarítmicas, equações exponenciais	38
Sequências numéricas, progressões aritméticas e geométricas	60
Razão, proporção e Divisão proporcional	64
regras de três simples e composta.....	72
porcentagem. Juros simples e compostos	73
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	78
Sistemas de medidas usuais.....	82

SUMÁRIO



Princípios Multiplicativo e Aditivo de Contagem, permutações, combinações; Noções de probabilidade	88
estatística	95
Raciocínio lógico	97
Resolução de situações-problema	105
Questões	111
Gabarito	121

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufes (Resolução nº 05/2021-CUn/UFES) .	1
Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990)	1
Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999)	46
Programa de Gestão e Desempenho (Decreto nº 11.072/2022)	57
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709/2018)	62
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	85
Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021)	98
Aquisições e contratações por Pregão Eletrônico (Decreto nº 10.024/2019)	172
Normas constitucionais sobre a Administração Pública (argos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)	188
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000)	197
Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei nº 13.460/2017)	224
Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992)	230
Ingresso nas universidades e institutos federais de ensino (Lei nº 12.711/2012)	245
Avaliação da Educação Superior e o processo de autoavaliação da Ufes	247
Regulamentação da Extensão na Ufes	248
Programa de Bolsas para estudantes de Graduação da Ufes	249
Regulamentação da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos na Ufes	250
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	251
Regime de previdência complementar para os servidores públicos federais (Lei nº 12.618/2012)	283
Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (Decreto nº 9991/2019)	292
Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto nº 1.171/1994)	300
Organização e Funcionamento da Ufes	304
Regulamentação Geral da Pós-Graduação da Ufes	305

SUMÁRIO



Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto nº. 12.122/2024)	307
Questões	309
Gabarito	317

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Raciocínio Lógico e Quantitativo

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



Conhecimentos Específicos

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS, E SUAS ALTERAÇÕES

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.